

A INSTITUIÇÃO DA INSPETORIA TÉCNICA NO ÂMBITO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPLEMENTADO COM A REFORMA DE 1906 EM MINAS GERAIS: ESTRATÉGIA DE MODELIZAÇÃO DO ENSINO¹

Rogéria Moreira Rezende Isobe
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM
rogeriaisobe@gmail.com
Financiamento: CNPq

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo contribuir para a compreensão do processo histórico de constituição da educação brasileira a partir da análise das experiências ocorridas em decorrência da Reforma João Pinheiro em Minas Gerais. Ancorado nos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, analisa a criação da inspetoria técnica do ensino no âmbito do projeto civilizador republicano interrogando as estratégias de imposição de novas práticas educativas e sociais que marcaram aquele processo. O conjunto de procedimentos mobilizados pelos reformadores mineiros revela que a inspetoria técnica e a própria Secretaria do Interior são entendidos como lugares de poder que, no âmbito de uma política educacional caracterizada pela ação reguladora e centralizadora do governo, institui uma hierarquia de autoridade entre os agentes educativos. Na lógica de um sistema de ensino, baseado na *prática*, no *ver fazer*, os inspetores técnicos se configuram como modeladores do ensino *dando a ver* aulas exemplares aos professores nas escolas primárias do estado, visando a disseminação *uniforme* de novas práticas educacionais para garantir a *todos* uma educação capaz de legitimar a ordem social e política constituída.

Palavras-chave: Inspeção Técnica do Ensino, Reforma Educacional, Educação em Minas Gerais.

THE FOUNDATION OF TECHNICAL INSPECTION WITHIN THE PROJECT OF MODERNIZATION OF EDUCATION IMPLEMENTED UNDER THE 1906 REFORM IN THE STATE OF MINAS GERAIS: EDUCATION MODELING STRATEGY

ABSTRACT

This article aims at contributing to the understanding of the historical process of Brazilian education constitution through the analysis of the experiences that occurred within the Reform of João Pinheiro in the State of Minas Gerais. Underpinned by Cultural History theoretic-methodological tenets, this study analyzes the creation of teaching technical inspection under the republican civilizing project, questioning the strategies of imposition of new social and educational practices which defined that process. The set of proceedings utilized by the reformers of Minas Gerais disclose that the technical inspection and the Secretariat of Interior itself are conceived as places of power, which within the educational policy characterized by regulatory and centralizing action by the government, establishes a hierarchy of authority among the education agents. Inside the logic of an education system, based on *praxis*, on the “see-how-to-do”, the technical inspectors came as the shapers of education “making visible” exemplar classes to the state primary school teachers, with the scope of equal spreading of the new educational practices in order to ensure to *all* an education capable of legitimizing the political and social order established.

Keywords: Teaching Technical Inspection, Educational Reform, Education in Minas Gerais.

Este artigo analisa a instituição da Inspeção Técnica do Ensino no conjunto de procedimentos mobilizados pelos reformadores mineiros para implementar novas práticas educacionais nas escolas primárias no início do século XX. O *corpus* empírico é composto por relatórios de inspeção, correspondências, legislação educacional e relatórios do Secretário do Interior nos quais buscam-se apreender os sentidos de que se revestem os serviços da inspeção técnica no interior do projeto republicano mineiro de renovação e modernização da escola. O conceito de representação formulado por Chartier (1988) consiste em importante referência de análise, uma vez que permite o exame dos documentos, entendendo-os como *prática* discursiva que dá a ver as *representações* perspectivadas pelas posições ocupadas por seus autores, pois estas “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1998, p. 17). O procedimento de crítica das fontes primárias² possibilita, nessa ótica, um critério de leitura e tratamento dos documentos, atento ao lugar de produção dos mesmos, buscando-se historicizar sua linguagem, problematizando-se seus limites e as circunstâncias de sua produção.

Em Minas Gerais, o projeto de modernização idealizado por intelectuais e políticos republicanos visava aliar o progresso material e econômico da sociedade ao “progresso das mentes”, buscando “incorporar culturalmente os sujeitos sociais em suas diferentes manifestações, na perspectiva da formação de homens e mulheres civilizados e educados” (VEIGA e FARIA FILHO, 1997 p. 204).

As mudanças sociais que ocorriam no cenário internacional, materializadas principalmente na acelerada urbanização, nas inovações técnicas e na industrialização da produção econômica, ancoravam-se nos parâmetros da modernidade que comportava os valores *da ciência, do progresso, da razão e da ordem* (SEVCENKO, 1998). As autoridades políticas brasileiras, nos anos iniciais do regime republicano, teceram suas críticas à “velha ordem” que regia a sociedade imperial – considerada “decadente” e “retrógrada” pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão – e se empenharam na realização de um projeto de modernização que visava “reformular”, “regenerar”, “civilizar” a sociedade e o país com intuito de formar uma população ordeira, laboriosa, com sentimento de pertença à pátria brasileira. De acordo com Sevcenko (1998, p. 27),

Era como se a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato o cancelamento de toda a herança do passado histórico do país e pela mera reforma institucional ele tivesse fixado um nexos co-extensivo com a cultura e a sociedade das potências industrializadas.

Com o intuito de “forjar um Estado-Nação moderno e eficaz em todas as suas múltiplas atribuições diante das novas vicissitudes históricas” (SEVCENKO, 2003 p. 47), os republicanos buscavam “acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global” em conformidade com os modelos europeus ou norte-americanos, “fossem esses os modelos da missão civilizadora das culturas da Europa do Norte, do urbanismo científico, da opinião pública esclarecida e participativa ou da crença resignada na infalibilidade do progresso” (SEVCENKO, 1998 p. 14; 27).

No interior do projeto civilizatório republicano, diversos intelectuais oriundos dos diferentes campos de saberes debatiam propostas voltadas para a expansão e modernização da escola pública, concebida como instância de regeneração social capaz de formar o inexistente “cidadão republicano” disciplinado e laborioso.

A Reforma de 1906: projeto de renovação e modernização da escola

Em 1906, sob a presidência de João Pinheiro da Silva, o governo estadual de Minas Gerais pôs em andamento uma ampla reforma educacional: a Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, regulamentada pelo Decreto nº 1960, do mesmo ano, que autorizava profundas alterações no ensino primário e normal³. As mudanças estabelecidas por João Pinheiro já tinham sido largamente discutidas pelos intelectuais e políticos republicanos mineiros da época. Em consonância com os debates políticos realizados em outros estados brasileiros, eles afirmavam a necessidade de expandir a escola primária para erradicar o analfabetismo e construir o progresso na República. Imbuídos na crença de regeneração nacional por meio da escola, também afirmavam a necessidade de formar o cidadão republicano “com autonomia moral, independente, mas perfeitamente ciente de sua cooperação na construção de uma obra — a cidade, a pátria, a humanidade” (FARIA FILHO, 1996. p.302).

A principal novidade da Reforma João Pinheiro foi a implantação dos grupos escolares em Minas Gerais como expressão de moderna e renovada organização da escola primária: a *escola graduada* concebida como “um modelo organizativo de escola nos moldes dos colégios de ensino secundário reunindo vários professores e um diretor com vistas à difusão do ensino primário público” (SOUZA, 2006 p. 13). A autora observa que a escola graduada baseava-se “fundamentalmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos implicando a constituição das classes”. Pressupunha ainda “a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular – controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (gradação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e em um edifício compreendendo várias salas de aula e vários professores”(id.ib. p. 13)

Essa forma de organização escolar foi implementada primeiramente em São Paulo⁴ com a reforma promovida por Caetano de Campos e tornou-se um modelo a ser divulgado em outros estados (CARVALHO, 2000). Reunindo as características da *escola graduada*, os grupos escolares implantados com a Reforma João Pinheiro viabilizariam práticas educativas até então inéditas nas escolas primárias de Minas Gerais incidindo na reorganização administrativa e pedagógica do ensino. Em seus estudos, Faria Filho (1996) ressalta que o empreendimento de construção dos grupos escolares em Minas Gerais significou

[...] não apenas uma nova forma de organizar a educação mas, fundamentalmente, uma estratégia de atuação no campo do educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo uma outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares (id.ib. p. 51).

Os grupos escolares tornaram-se emblema da escola republicana e deveriam substituir a escola isolada – com um único professor – que representava o atraso e deveria, aos poucos, ser eliminada, conforme relata o secretário Carvalho Brito

O regime de grupos escolares deve ser generalizado, de modo que a escola isolada seja uma exceção condenada a desaparecer. Com o grupo se consegue a divisão do trabalho escolar, a fiscalização permanente, o

estímulo dos professores, a execução uniforme do programa de ensino, a atração do aluno para a escola, a frequência assídua, o hábito das crianças viverem em sociedade, corrigindo-se, modificando-se, aperfeiçoando-se, de modo que o ideal republicano da igualdade pode ser atingido naturalmente no trato de poucas gerações (MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do secretário ao presidente do Estado*, 1907, p. 33)

A organização da nova escola primária nos moldes dos mais avançados processos administrativos e pedagógicos fez com que os grupos escolares fossem considerados instituições modelares capazes de concretizar a evolução pedagógica pretendida. Os dirigentes estatais instituíram prêmios para os professores, promovendo viagens à capital para que pudessem conhecer as vantagens daqueles estabelecimentos modelares e *ver* a aplicação de novos métodos e processos educativos:

Durante as férias centenas de professores deixaram as sedes de suas escolas e foram assistir à rigorosa execução do programa nos grupos escolares. Nos grupos escolares da capital foi notável o número de professores que, vindo de todos os pontos do estado, acompanhavam com interesse e com proveito as aulas, regressando para suas escolas alentados pelos novos recursos que levaram para o desempenho de seus deveres (MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do secretário ao presidente do Estado*, 1908, p. 15).

Na capital mineira, eram exibidas práticas exemplares que deveriam ser reproduzidas nas escolas primárias do Estado. Nessa conjuntura, o sistema de ensino que se instituía, tal qual o “modelo paulista” analisado por Marta Carvalho, fundamentava-se nos preceitos de uma “pedagogia moderna”, na qual “a arte de ensinar é prescrita como boa imitação de práticas modelares” e “ensinar a ensinar é fornecer bons moldes” (CARVALHO, 2001, p. 143). Desta forma, a institucionalização do sistema de ensino alicerçava-se na lógica da reprodução do novo modelo pedagógico por meio de dispositivos de produção de *visibilidade* das práticas escolares, de propagação e implantação de “bons moldes” de ensino. Do ponto de vista dessa lógica, os grupos escolares representavam a instituição educativa modelar, capaz de dar a ver a nova organização do ensino e o serviço da Inspeção Técnica torna-se fundamental para atender ao intento propagador e unificador das práticas escolares numa concepção de pedagogia como “arte de reprodução do modelo” (*id. ib.*, p. 141).

A instituição da Inspeção Técnica do Ensino

No âmbito da Reforma João Pinheiro, o sistema de inspeção escolar foi dividido em dois ramos: técnico e administrativo. A inspeção administrativa era realizada pelos *inspetores escolares* ou municipais, cargos não remunerados, confiados, em geral, a promotores de justiça que exerciam, além de sua profissão, a fiscalização das escolas. Referindo-se à inspeção administrativa o Secretário do Interior indica que “como antigamente, continua a ser desempenhada gratuitamente por cidadãos de livre nomeação do governo que têm funções meramente fiscais” (MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do Secretário ao Presidente do Estado*. 1909, p. XXII).

A Inspeção Técnica, instituição nova, criada pelos reformadores deveria ser realizada por profissionais remunerados para exercer exclusivamente o serviço da inspeção

escolar configurando-se, a partir de então, em um corpo de funcionários independente de qualquer outra função.

A importância de estabelecer mudanças no sistema de inspeção é tema recorrente nos debates políticos que antecedem a Reforma de 1906. Delfim Moreira, por exemplo, argumentava que inspeção era “questão visceral” do ensino e afirmava a necessidade de mudanças, pois, segundo ele, “com a fiscalização que aí está, [o ensino] é uma completa ilusão”⁵ (MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do Secretário ao Presidente do Estado*, 1904, p. 23).

Estevam de Oliveira, considerado “um dos primeiros ‘organizadores’ do ensino mineiro” (FARIA FILHO, 1996, p. 33), fez severa crítica ao ensino primário enfatizando a importância de “dar cunho de competência profissional à inspeção escolar” de modo que os assuntos da educação ficassem nas mãos de profissionais técnicos, não de pessoas recomendadas por seus serviços partidários, “sem a menor ideia do que fosse ensino primário, tomado no seu duplo aspecto: administrativo e pedagógico!”⁶ (OLIVEIRA, 1902, p. 164).

Oliveira afirmava que a nomeação de inspetores por serviços partidários configurava-se em “cancro do mecanismo do ensino”, pois subordinava a “instrução pública primária departamento neutral em toda parte, à sanha dos partidos interessados no predomínio local”. Para reforçar seu argumento, reportava-se a diversos autores que trataram do assunto afirmando que “todos que se ocupam da questão, e a encaram com um pouco de critério, são unânimes em condenar a inspeção local e gratuita, por inepta, por prejudicial e pela sua feição partidária” (*id. ib* p. 164; 180). Referindo-se ao projeto de reforma de Rui Barbosa, em 1882, destacava o argumento apresentado pelo autor do referido projeto: “a inspeção será uma burla, enquanto não forem reconhecidos estes dois princípios cardeais: a) a inspeção há de ser retribuída; b) essa inspeção demanda condições de capacidade profissional” (*id. ib*. p. 181).

É importante considerar que as ideias explanadas por Estevam de Oliveira, com o qual “fazia coro não apenas a totalidade dos inspetores escolares, mas também boa parte dos políticos e autoridades republicanas” (FARIA FILHO, 1996, p. 33), tinham como propósito romper com o passado imperial, considerado atrasado e arcaico, e enaltecer o período republicano. Nos discursos produzidos, buscava-se comprovar o avanço do novo regime em oposição ao obscurantismo do império, instituindo uma ideia de serviço público e organização escolar moderna e eficiente, fundamentada na lógica de uma racionalidade de técnica, planejamento, objetividade e pretensa neutralidade, especialmente no que se refere à inspeção escolar. Nessa conjuntura, o artigo 18 da Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, criou a Inspeção Técnica do Ensino, com as seguintes funções:

a) Nas escolas primárias mantidas pelo Estado, os grupos escolares e escolas isoladas, “verificar se o programa do ensino primário está bem e fielmente praticado”; “dar ao professor as necessárias instruções caso verifique não ter ele compreendido o espírito do programa”; “assistir ao funcionamento das aulas, indicando ao professor tudo quanto repute necessário modificar no método por ele seguido”; “mostrar praticamente qual a verdadeira execução do programa”; “fiscalizar a observância rigorosa da legislação do ensino, apontando suas faltas e defeitos na prática”; “enviar, finalmente, no fim de cada quinzena, ao secretário do Interior, um relatório da inspeção que tiver feito” (MINAS GERAIS, *Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais*, Decreto nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado, 1906 p. 47-48).

b) Nas escolas primárias municipais e particulares: “visitar as escolas e estabelecimentos particulares e municipais, procedendo em relação aos mesmos da mesma

forma que quanto às escolas públicas, nos termos do regulamento escolar” (*id. ib.*). Os técnicos deveriam ainda apresentar as vantagens que o Estado proporcionava às escolas que seguissem o programa de ensino oficial: o regulamento de 1906 estabeleceu um prêmio em dinheiro aos professores particulares para cada aluno que se apresentasse preparado no curso primário de acordo com o programa oficial. Desta forma, o governo estatal buscava a uniformização do ensino primário acordo com novos preceitos pedagógicos.

c) Nas escolas normais equiparadas: “assistir às aulas dos diversos anos a fim de verificar o modo por que é ministrado o ensino, a capacidade dos professores e o adiantamento dos alunos”; “apresentar ao Secretário do Interior um relatório minucioso de sua fiscalização, à vista do qual o governo resolverá o que convier aos interesses do ensino, de acordo com a legislação que o regula” (*id. ib.* p. 49).

Os inspetores técnicos deveriam atuar diretamente na formação prática dos professores no seu próprio local de trabalho – a sala de aula – guiando-os, ensinando-os e modelando suas práticas por meio de uma ação constante sobre a prática docente:

A inspeção técnica permanente das escolas vem ao encontro destas necessidades, guiando o professor, despertando ou estimulando-lhe as energias, corrigindo-lhes as deficiências do preparo pedagógico e os desvios na execução dos programas oficiais (MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do Secretário ao Presidente do Estado*, 1912, p. 347).

A inspeção técnica do ensino é uma das mais felizes instituições da reforma da instrução [...] Foi empenho da Secretaria que os inspetores não limitassem sua ação tão-somente à parte fiscal do cargo, mas lhe imprimissem uma feição mais profícua pela assistência efetivamente proporcionada aos professores menos aptos para o desempenho do programa. Representa, a meu ver, um dos mais seguros elementos de sucesso para boa sistematização do ensino o corpo de inspetores técnicos, constantemente em movimento, percorrendo o Estado, levando às mais longínquas escolas o estímulo de sua presença, o auxílio de sua experiência, as luzes do seu saber (MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do Secretário ao Presidente do Estado*, 1910, p. 22).

Para a concretização da evolução pedagógica pretendida, os dirigentes estatais salientavam a necessidade de formação do professorado, pois a instituição dos grupos escolares, como expressão de moderna e renovada organização da escola primária, pressupunha a remodelação do campo escolar e das práticas de ensino na sala de aula. Tal era a preocupação do presidente João Pinheiro:

A reforma tem que lutar com os hábitos maus e inveterados, com um professorado que não estava suficientemente preparado para a prática dos novos métodos e por isso será preciso ainda, e por tempos, uma ação intensa e mantida, premunidos todos contra os desânimos vis, de que as infelizes retrogradações são filhas (MINAS GERAIS. Mensagem do Presidente João Pinheiro da Silva dirigida ao Congresso Mineiro em 15 de junho de 1907. p. 5).

Nas páginas iniciais do *Regulamento da Instrução Pública Primária e Normal do Estado de Minas*, publicado em 1906, fica evidente a importância dada pelos reformadores

à inspeção técnica no processo de institucionalização de um *novo e renovado* sistema público de ensino mineiro:

A inspeção, que é a alma do ensino, será realizada, não por funcionários indiferentes, mas por pessoal técnico, susceptível de se apaixonar pela causa que lhe vai ser confiada. Para este efeito será o estado dividido em 40 circunscrições, que serão permanentemente percorridas pelos inspetores, agentes de confiança do governo, incumbidos de fiscalizar as escolas e de orientar o ensino, para que este se aperfeiçoe de modo uniforme em todos os recantos do estado (MINAS GERAIS, *Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais*, Decreto nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado, 1906, p. 8).

A Inspeção Técnica é a *alma do ensino* instituída para disseminar o novo modelo pedagógico *de modo uniforme em todos os recantos do estado*. Para cumprir a função precípua de modeladores do ensino, múltiplas e variadas *atribuições* foram sendo conferidas aos inspetores técnicos: examinar a escrituração, a frequência e a matrícula de alunos, bem como as condições gerais do estabelecimento de ensino, no que se refere à higiene, à disciplina, à ordem, aos materiais e à conservação dos prédios escolares; exercer sindicâncias sobre denúncias contra funcionários da instrução, orientá-los para resolução dos problemas e enviar um *relatório especial* para a Secretaria do Interior com informações sobre a sindicância realizada. Além disso, passaram os inspetores a ser destacados para organizar e dirigir temporariamente os grupos escolares, conforme relato do Secretário do Interior em 1910:

Têm sido alguns técnicos destacados para organizar os grupos escolares do estado e dirigi-los mesmo algum tempo, com o fim de, desde o começo do funcionamento desses institutos, já lhes ser impresso o cunho do novo ensino por uma pessoa conhecedora de sua técnica (MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do secretário ao presidente do Estado*, 1910, p. 320).

O secretário Estevão Magalhães Pinto deixa óbvia a função modeladora dos inspetores técnicos, que, conhecedores da técnica da nova proposta pedagógica para a escola primária, eram convocados a imprimir os preceitos da moderna pedagogia nos grupos escolares, para que estes fossem moldados de acordo com os intuítos do governo, desde a sua inauguração. Mas quem era esse inspetor conhecedor de uma técnica capaz de imprimir *o cunho do novo ensino* nas escolas? Que *saber técnico* é esse e como ele foi adquirido? O secretário Carvalho Brito assinala que corpo de inspetores selecionados, “profissionais afeitos aos labores do ensino e de reconhecida cultura espiritual”, era capaz de “revestir a marcha do ensino com as condições de segurança e prática esclarecida que lhe são mister” (MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do secretário ao presidente do Estado*, 1907 p. 145), e indica que

grande número dos inspetores técnicos foi tirado dos professores em disponibilidade das Escolas Normais suspensas e não são menos competentes os que não eram professores. Levam, pois, para a inspeção, o prestígio alcançado na sua posição anterior (id. ib. p. 42).

O Secretário recorre às noções de *competência* e *prestígio* para construir um lugar de saber/poder dos inspetores técnicos sobre os professores, ou seja, a experiência como *formadores de professores* legitimava o fato deles poderem – no campo da inspeção – modelar a prática docente. Nessa ótica, enquanto a Escola Normal Modelo da Capital e os institutos a esta equiparados encarregar-se-iam da formação dos novos docentes, os inspetores técnicos deveriam intervir na prática dos mestres que já atuavam nas escolas, visando formar os professores para a prática da nova educação nas escolas primárias espalhadas pelo vasto território mineiro:

O professorado mineiro, considerado nas suas categorias componentes — professores públicos e particulares — é representado atualmente por uma numerosa classe de docentes dissociados por enormes distâncias, por diferenças de zonas de comunicação material e de permuta de ideias. Sem um elemento orientador e conjugador dos seus esforços, debalde procuraria ele obter, no árduo e nobilitante exercício de suas funções, unidade de vistas e proficiência de meios, de modo a serem os docentes menos idôneos auxiliados, amparados e melhorados por seus colegas de reconhecida competência profissional; a reforma da instrução muito perderia em seus resultados se a Secretaria não tivesse, em cada região do estado, um representante incumbido de acompanhar a execução da mesma reforma. A inspeção técnica permanente das escolas vem ao encontro destas necessidades, guiando o professor, despertando ou estimulando-lhe as energias, corrigindo-lhes as deficiências do preparo pedagógico e os desvios na execução dos programas oficiais (MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do secretário ao presidente do Estado*, 1912, p. 347).

Orientar, prescrever, propagar, conduzir, guiar, iluminar, modelar, formar...: percebe-se que as funções do novo serviço de inspeção implementado com a reforma educacional não se restringiam à simples fiscalização das questões burocráticas da escola, mas focalizavam-se sobretudo na modelização das práticas escolares.

Relatórios da Inspeção Técnica como estratégia de modelização do ensino

[...] O inspetor não entrava na parte técnica do ensino, e se o professor não revelava competência e se as crianças não apresentavam aproveitamento, estava feito com a descrição destes fatos o relatório e não se tratava de modificar o professor, nem a escola, de colocá-lo dentro do programa do ensino para que este preenchesse seus fins. Mas essa fase da inspeção já passou. É constante o esforço da Secretaria para que o inspetor técnico assuma na reforma o papel que lhe cabe. Já não se admitem relatórios em que se narrem apenas os defeitos observados, mas em que se exponham o que se fez para modificar as condições da escola e os resultados conseguidos neste propósito (MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do secretário ao presidente do Estado*, 1908, p. 19).

O Secretário Carvalho Brito deixa claro que a função do técnico do ensino não consiste apenas em diagnosticar os problemas educativos mas fundamenta-se sobretudo na ação de “modificar as condições da escola” uniformizando as práticas pedagógicas de acordo com o programa de ensino. Entretanto, o Secretário revela outra dimensão essencial

no funcionamento dos serviços da inspetoria técnica: dar *visibilidade* aos reformadores sobre o modo como a mudança estava sendo realizada nos estabelecimentos de ensino, ou seja, relatar todos os fatos relacionados à vida escolar, expondo as condições das escolas observadas pelos técnicos — mas também, e principalmente, a intervenção realizada pelos próprios inspetores na vida dos estabelecimentos, as providências, os encaminhamentos, as orientações dadas ao professorado e os resultados conseguidos a partir de sua intervenção. Fica evidente o duplo movimento da atuação da inspetoria técnica do ensino: *modelar* as práticas escolares, de modo que os mestres se tornem professores competentes, e *relatar* as mudanças realizadas na prática escolar numa tríplice dimensão — os defeitos encontrados, as iniciativas de modificação do ensino e os resultados conseguidos neste propósito.

Os reformadores estabeleceram estratégias⁷ para produzir um campo de visibilidade sobre as práticas escolares determinando a edição de relatórios quinzenais da inspetoria técnica com o propósito de garantir uma *ação reguladora* que punia comportamentos e legitimava práticas. Enquanto os diretores de grupos escolares apresentavam relatórios anuais à Secretaria do Interior, os inspetores técnicos deveriam apresentar os relatórios quinzenais à Administração Central para o acompanhamento *contínuo* do movimento reformador. A estratégia, amparada no pressuposto de que o papel do Estado era central na formulação e aplicação de uma política pública para o ensino primário, evidencia a ação reguladora do governo mineiro em busca do controle e *modelização* do processo educativo por meio da *visibilidade* das práticas escolares dadas a ver nos relatórios da inspetoria técnica.

Aqueles documentos deveriam conter informações minuciosas sobre os estabelecimentos de ensino visitados expondo as orientações metodológicas dadas aos professores e os encaminhamentos realizados pela inspetoria técnica no sentido de conseguir espaço adequado e melhores condições de higiene e asseio dos estabelecimentos, bem como as solicitações necessárias para o provimento dos materiais e do mobiliário escolar.

[...] a inspeção técnica constitui uma das melhores fontes de informações fidedignas, de que se tem lançado mão em vários casos. Continuam os inspetores a mandar quinzenalmente seus relatórios, onde se encontram dados seguros sobre as escolas em tais períodos. Estas peças, logo que dão entrada na Secretaria, são devidamente informadas, tomando-se imediatamente as medidas que de sua leitura decorrem (MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do secretário ao presidente do Estado*, 1910, p. 319).

Rotineiramente, ao chegar à Secretaria do Interior, cada relatório passava por um processo de tramitação⁸ nas seções responsáveis pela instrução pública, e era objeto de um parecer. A leitura dos relatórios da inspeção técnica balizava as decisões tomadas pela Secretaria do Interior quanto às providências julgadas necessárias dentre as quais a remessa de materiais e móveis escolares, a criação de escolas, a suspensão do ensino por infrequência, a expedição de circulares, ofícios e correspondências aos agentes escolares, elogiando ações e criticando comportamentos para que a nova organização escolar pudesse se impor no cenário da instrução primária mineira.

A inspeção técnica, instituição nova criada pela última reforma do ensino, vai, cada vez mais, prestando assinalados serviços, informando por detalhe a administração do mérito de cada um dos professores de sua

vasta área e dando a cada qual a necessária assistência e conselhos no sentido de melhor encaminhar ao bom cumprimento do novo programa de ensino (MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do secretário ao presidente do Estado*, 1909 p. XXV).

A avaliação docente, registrada no relatório, era arquivada na Secretaria e consultada sempre que se fizesse necessário o conhecimento das “notas” do professor para medidas a serem tomadas. Aos “bons” professores, a Secretaria do Interior expedia ofícios de animação, concedia prêmios de viagem à capital, elogios em portaria e promoções.

A Secretaria expede os elogios tendo em vista as boas informações ministradas pelos inspetores técnicos a respeito dos professores. Só os recebem aqueles que, no exercício das suas funções, dão provas de reconhecido merecimento intelectual e moral, aptidão e assiduidade, predicados que se aquilatam, pelas qualidades pedagógicas do docente, pelo funcionamento da escola e pelo adiantamento e proceder dos alunos. Os elogios miram um duplo fim: servem de incentivo a quem os recebe e de estímulo aos demais, mediante os quais se conferem aos professores os prêmios de viagem a esta capital (MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do secretário ao presidente do Estado*, 1910, p. 366).

Além de elogiar o “bom” professor, a Secretaria do Interior expedia ofícios de admoestação aos “maus” professores, com repreensão de condutas e recusa de pedidos de promoção ou efetivação no cargo do magistério em conformidade com os dados oferecidos pelo relatório da inspetoria. Quanto aos inspetores técnicos, o pagamento do salário só seria efetuado mediante entrega dos relatórios quinzenais à Secretaria do Interior, a qual fazia a expedição de atestados mensais à Coletoria Pública das circunscrições em que os técnicos estavam atuando.

Quanto ao modo de pagamento destes funcionários, a Secretaria adotou a expedição de atestados mensais do cumprimento de dever assinados pelo Diretor [da Secretaria]. Esses atestados são passados à vista do registro dos relatórios, sendo para isso preciso que o inspetor técnico tenha enviado à Secretaria pelo menos o relatório da primeira quinzena do mês anterior a que se refira o atestado e da segunda quinzena do mês antecedente (*id ib.* p. 320).

Com tal medida, os reformadores pretendiam assegurar o funcionamento e a produção dos relatórios da inspetoria que se configuravam como meio de organização e ordenação do processo educativo e controle do próprio trabalho dos inspetores técnicos que poderiam ainda ser processados, demitidos ou multados caso não cumprissem as determinações do governo e eram repreendidos quando demonstravam “noções falsas” em seus relatórios, contrariando os métodos e processos oficiais do ensino. No período de 1911 a 1912, por exemplo, foram expedidos aos inspetores técnicos 317 ofícios contendo ordens e detalhes de serviço por meio dos quais a Secretaria do Interior buscava modelar os serviços da inspeção (ISOBE, 2004; 2008)

Partindo da crença de que a educação molda a nação e abre caminhos para a civilização, a disseminação *uniforme* do novo programa de ensino torna-se condição necessária para garantir a *todos* uma educação pautada em novos valores culturais, morais

e sociais capazes de manter e legitimar a ordem social e política constituída. Nessa lógica, o conhecimento e controle do que se passava nas escolas primárias em todo território mineiro era fundamental para circunscrevê-las na perspectiva da moderna pedagogia e garantir a *uniformização* do ensino, que seria alcançada por meio da ação política coordenada e da capacidade controladora do governo estadual.

Representações da escola primária nos relatórios da inspetoria técnica

Ao produzir seus relatórios, os inspetores técnicos davam a ver as representações construídas por profissionais que atuavam sobre o processo educacional e, sobretudo, sobre a prática docente, a partir de um lugar de poder determinado, o lugar de um intérprete autorizado cuja ação visava aproximar as práticas dos professores das regras estabelecidas na conformação de um determinado modelo escolar de educação em Minas Gerais. Aqui, o conceito de representação formulado por Roger Chartier (1998) torna-se importante na análise dos relatórios de inspeção. Para este autor,

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (p. 17).

Este conceito de representação permite considerar os relatórios modo relativo, balizado pelo lugar ocupado pelos seus produtores e pelas tensões estabelecidas entre diversos agentes escolares. Nessa perspectiva, tais documentos são entendidos como dispositivos de poder e não como elementos neutros.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (*id. ib*).

Na hierarquia estabelecida, os inspetores técnicos, representantes do governo estatal, tinham autoridade tanto para modelar as práticas educacionais, quanto para constituir, a respeito delas um julgamento capaz classificá-las como “boas” ou “más” quanto às condições físicas, materiais e pedagógicas encontradas.

Nas representações construídas, os técnicos do ensino desqualificam os estabelecimentos de ensino que se distanciam do modelo da moderna escola primária: os Grupos Escolares. Desta forma, ao relatar sobre as condições das escolas primárias do Triângulo Mineiro, os inspetores ressaltam a precariedade das mesmas:

A escola do professor Sebastião Vieira Albernaz continua a funcionar no mesmo prédio, isto é, no mesmo pardieiro de que falei a V. Exa. no meu primeiro relatório. Disse-me ele que lhe tem sido impossível encontrar outro prédio na cidade, o que quer dizer que a sua escola irá ficando no

mesmo casebre arruinado (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Athanasio Saltão. Araguari, 06 de abril de 1907).

Inspecionando a escola estadual de Araguari, o inspetor Athanasio Saltão expõe um dos grandes problemas apresentados na maioria dos relatórios de inspetoria: o espaço inadequado — as escolas funcionavam em “pardieiros” sendo difícil encontrar prédios adequados para que a escola cumprisse os propósitos do governo estatal. No projeto republicano, era de fundamental importância que a escola causasse “boa impressão”, para atestar a modernidade educacional a ser instaurada. Mas os “pardieiros” impressionavam mal, conforme relatam outros inspetores técnicos que atuavam na região do Triângulo Mineiro:

[...] A impressão que senti, visitando a escola do sexo masculino do distrito de Conceição, pertencente ao município de Araxá, foi bastante desagradável. [...] O prédio onde funciona esta escola é particular, sendo que a sala de aulas é acanhadíssima, escura, sem higiene, sem forro e de chão. É uma saleta estreita e quase indecente! O mobiliário consiste apenas em quatro estreitos e baixos bancos toscos (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor José Lopes Ribeiro Junior. Conquista. 5 de junho de 1911).

[...] Está instalada em um cômodo desgracioso e desconfortável, não adaptado ao fim a que se destina. Ao entrar na escola, onde os alunos falavam todos ao mesmo tempo, não se ouvia senão um ruído confuso e discordante que perturbava o ouvido e o espírito. Muito me desagradou também a falta de asseio dos alunos: negligência completa na roupa, mãos sujas e unhas pretas (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Ernesto Mello Brandão. Uberaba. 30 de maio de 1908).

O inspetor Militino Pinto de Carvalho comenta que a precária situação das escolas municipais de Uberabinha são “idênticas às de todas as mantidas pelas Câmaras em geral”:

[...] casa péssima (quase sempre ranchos cobertos com palmas de buriti e fechadas em volta de pau-a-pique) por lhe faltarem todas as condições higiênicas, sem mobília, faltam também os mais comecinhos objetos que constituem elemento indispensável ao ensino regularmente ministrado (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Militino Pinto de Carvalho. Uberabinha. 17 de abril de 1913).

Mesmo quando aquelas escolas apresentavam melhores instalações, os inspetores destacam outros aspectos negativos como indisciplina, promiscuidade de livros didáticos, falta de asseio e mobiliário inadequado às inovações pedagógicas:

[...] Funciona essa escola em um prédio particular, sendo certo que a sala é grande, bem espaçosa, mas completamente suja, sem higiene, de aspecto repugnante. Disse-me o professor que brevemente iniciará o asseio na referida sala, fazendo os consertos precisos. Observei que o quadro negro não tem as dimensões exigidas pelo atual Regulamento [...]

Desprovida como está de mobiliário, existindo apenas bancos grosseiros e mesas toscas, esta escola impressiona mal (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor José Lopes Ribeiro Junior. Conquista. 16 de abril de 1911).

[...] A sala de aula apesar de ser vasta, clara e de bom aspecto, não comporta o número de alunos frequentes ficando estes como sardinhas em latas (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor José Lopes Ribeiro Junior. Patrocínio. 16 de maio de 1911).

[...] A escola não apresenta coisa alguma que impressione ao visitante, não só porque o prazo de seu funcionamento é muito curto, como por haver uma promiscuidade de livros didáticos impróprios à feição do ensino atual (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Militino Pinto de Carvalho. Vila Platina. 07 de abril de 1908).

[...] Ontem e anteontem visitei as escolas públicas, tendo nelas deixado lançado o termo de minha visita. Observei a falta absoluta de mobiliário [...] os alunos existentes aqui assentam em bancos lisos, velhos e sujos, como observei e ou escrevem sobre esses mesmos imundos bancos, sem o menor grau de comodidade, ajoelhados, ou então reúnem-se em torno de uma mesa chata, apertados, e aí traçam sobre papéis sujos os seus gatafunhos. [...] Penso que os alunos das escolas de Uberabinha, amontoados num recinto impróprio e atirados sobre esses móveis sujos, não terão o menor incitamento, ficando sem a menor noção de higiene e conforto. As escolas, nesse caso, não poderão exercer nenhuma atração sob as crianças, afastando-as, sim, pela sua aparência.[...] Considero atualmente um grande sacrifício penetrar em uma escola sertaneja, onde falta tudo, inclusive a própria aparência das coisas (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Rodrigues da Cunha. Uberabinha, 15 de julho de 1907).

Além da precariedade das condições físicas e materiais das escolas isoladas, os inspetores registram a utilização de métodos contrários aos preceitos pedagógicos modernos. Após visita à escola particular mista do município de Araguari, o inspetor Militino Pinto de Carvalho observa que “o método é o antigo de soletração, com todo o seu cortejo de rotina. A escola funciona em lugar impróprio e anti-higiênico, como desasseados são os alunos que a ela comparecem” (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Militino Pinto de Carvalho. Araguari. 18 de abril de 1911). Na escola municipal do sexo masculino da cidade de Frutal o inspetor Alceu de Souza Novaes notou que o atraso era representado pelo uso de “uma grande palmatória, mostrando que o professor não sabe educar se não acabando o caráter de seus alunos” (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Alceu de Souza Novaes. Vila Platina. 6 de junho de 1911).

Nota-se que, em geral, tanto as escolas isoladas estaduais, como as municipais e particulares são apresentadas como instituições de ensino marcadas pela ausência de condições adequadas à modernização pedagógica pretendida que se aproximavam de um passado imperial retrógrado e obscurantista e representavam o atraso que precisava ser superado.

O inspetor Ernesto Melo Brandão observa que a implantação dos grupos escolares era importante e necessária para “corrigir a deficiência, para mim maior, da falta de prédios apropriados para o regular funcionamento das escolas.” (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Ernesto Mello Brandão. Uberaba. 15 de março de 1908). Além de ser considerado a modalidade de escola primária que melhor atendia os preceitos da higiene e pedagogia, os grupos escolares, com seus prédios suntuosos, representavam o destaque da educação primária no projeto educacional republicano. O relatório do inspetor José Lopes Ribeiro Júnior, da 27ª circunscrição literária, expõe as dimensões do prédio que estava sendo especialmente construído para o grupo escolar de Araxá:

Quase concluído o edifício do GE Araxá — prédio esplêndido, bem construído, majestoso. Tem 33 m de frente, 38 m de fundo, possui oito magníficos e bem ventilados salões, sala para diretor e professoras, salão para museu, oito quadros-negros com as dimensões exigidas pelo Regulamento, 10 latrinas, 10 mictórios, dois banheiros, dois recreios. O edifício é um dos melhores do estado por muitos motivos, existindo ainda nos fundos um ótimo terreno para campo prático (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor José Lopes Ribeiro Junior. Araxá, 16 de março de 1911).

O relatório aponta para as condições do prédio escolar, construído de acordo com os preceitos da higiene e da pedagogia e aparelhado com quadros-negros em concordância com as diretrizes instituídas pelo Regulamento, evidenciando-se o investimento na valorização da moderna escola primária. Embora os relatórios enfatizassem as boas condições materiais dos grupos escolares, os prédios construídos logo começaram a apresentar problemas, o que reclamava consertos e reparos, como relata o inspetor Ernesto Carneiro Santiago, referindo-se ao grupo escolar de Uberaba:

Não há dois anos que está construído e já tem paredes fendidas, muitas goteiras e o cimento dos alpendres estragado. Tem 10 salas, inclusive o gabinete das professoras são claras e higiênicas. A instalação sanitária é regular com obra de arte, mas o abastecimento de água é escasso e imprestável, durante os meses de agosto, setembro e outubro há semanas em que falta absolutamente água na caixa de distribuição e conseqüentemente em todas as torneiras e latrinas do estabelecimento (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Ernesto Carneiro Santiago. Uberaba. 20 de outubro de 1910).

Nem todos os grupos escolares do Triângulo Mineiro tiveram prédio construído especificamente para esse fim, alguns foram adaptados e os inspetores relatam a necessidade de reformas para manutenção dos prédios. Além das condições físicas do edifício escolar os inspetores ressaltam a necessidade de provimento do aparelhamento necessário ao bom funcionamento do ensino. O inspetor Cândido Pereira Mendonça Júnior, referindo-se ao grupo escolar de Araguari observa: “começou a funcionar no dia 9 de março, foi instalado a 17 de abril deste ano e possui todos os móveis e objetos necessários a um estabelecimento deste gênero, só se ressentindo da falta de contadores mecânicos” (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor

Cândido Pereira de Mendonça Júnior. Araguari. 15 de outubro de 1909). O inspetor Ernesto Melo Brandão, por sua vez, registra as necessidades do grupo escolar de Uberaba.

Necessidades do grupo: adquirir uma máquina de costura para ser utilizada pelas alunas do 3º e 4º ano, remeter papel, tinta e mais utensílios escolares para serem distribuídos aos alunos pobres, remeter mais oito livros de ponto diário, mandar que seja designado um dos inferiores do 4º Batalhão para instrutor militar do grupo, remeter mais 200 boletins escolares (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Ernesto Mello Brandão. Uberaba. 31 de janeiro de 1911).

Embora os relatórios mencionem problemas de ordem material e pedagógica existentes nos grupos escolares, tais estabelecimentos consolidaram-se como instituições modelares, representativas da modernidade e do progresso nas escolas primárias de Minas Gerais. Nesse sentido, o inspetor Alberto Costa Matos relata que o grupo escolar de Uberaba apresentava deficiências materiais e problemas relacionados a alguns professores que não aplicavam adequadamente os modernos métodos de ensino. Mas, ainda assim, em sua opinião o estabelecimento causava “boa impressão” em sua organização geral: “Apesar dos senões que registrei, o conjunto me impressionou bem” (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Alberto Costa Mattos. Araxá. 31 de agosto de 1911).

Estratégias de modelização do ensino exibidas nos relatórios da Inspetoria Técnica

As estratégias utilizadas pelos inspetores técnicos para a concretização das mudanças pedagógicas que alicerçavam os intuitos reformadores do governo estatal eram apresentadas em seus relatórios para dar visibilidade à Administração Central do trabalho realizado. Para o problema “predial”, os inspetores adotavam medidas para melhorar as condições das escolas. Muitas vezes, tinham de providenciar a transferência das escolas para melhores edifícios na localidade, entrando em contato com as Câmaras Municipais, indicando reformas e até mesmo mandando demolir paredes, como no episódio testemunhado pelo inspetor Militino Pinto de Carvalho, referente à escola isolada de Vila Platina.

Não respondendo a sala do prédio às exigências do Regulamento, foi preciso demolir uma parede, o que foi por mim exigido e executado a 26, oferecendo assim a sala da escola o espaço desejado. Há luz e ventilação suficientes fornecidas pelas janelas voltadas para o nascente, além da porta de entrada (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Militino Pinto de Carvalho. Vila Platina. 07 de abril de 1908).

Em outro relatório, fica evidente a intervenção do inspetor Alceu de Souza Novaes na organização da escola, para produzir a modelização do ensino de modo a responder às necessidades de homogeneização em que se assentava a escola graduada.

Escola estadual mista regida pela professora Minervina Cândida de Oliveira. A escola funciona em um prédio municipal. O salão da escola

tem as dimensões seguintes: 6,60 m de comprimento por 6,25 m de largura e 3,90 m de altura [...] o salão da escola servia de passagem para o interior do edifício. A meu conselho, foi esta passagem mudada para outra sala, tendo portas para a rua e para o interior, ficando mais ou menos isolada a sala da escola. Os alunos não possuem os livros recomendados pelo governo. Assim é que, para o início do aprendizado da leitura, vi os seguintes livros: Primeiro Livros de Leitura, de Felisberto de Carvalho, Cartilha Nacional, ABC Infantil e outros, o que impossibilita o ensino pela palavração e subdivide o primeiro ano em varias classes. Aconselhei a professora a que adotasse uniformemente o livro Primeira Leitura, de A. Joviano, preferindo ensinar (por ele) só com o auxílio do quadro-negro, caso as alunas não pudessem comprar aquele livro. Eu lhe aconselhei igualmente que banisse os compêndios de gramática, aritmética, geografia, etc., que suas alunas levavam para decorar as lições (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Alceu de Souza Novaes. Uberabinha, 31 de julho de 1909).

Os “conselhos” do inspetor demonstram claramente a intenção de modelar as práticas escolares de acordo com os novos preceitos pedagógicos e higienistas. Recomenda que a professora adote “uniformemente” o livro prescrito pelo governo, utilize o quadro-negro e se livre das obras utilizadas para “decorar lições”, método contrário ao Regulamento do ensino. Propõe adaptação para que a sala escolar ficasse mais isolada e não servisse de passagem para o “interior do edifício”, o que evidencia a importância dada ao espaço próprio para a atividade escolar, separado do espaço doméstico. É importante salientar que o movimento de renovação da escola indicava a importância da concepção da “escola como lugar” observando que “o edifício escolar devia ser configurado de um modo definido e próprio, independente de qualquer outro, em um espaço também adequado para tal fim. Isso implicava seu isolamento ou separação” (VIÑAO FRAGO & ESCOLANO, 1998 p. 73).

Nos relatos de inspeção, os compêndios não autorizados pelo governo eram apontados como os grandes “vilões” dos processos intuitivos, pois seu uso favoreceria os métodos mnemônicos e decorativos, severamente criticados pelos inspetores, mas profusamente usados pela maioria dos professores da região. O inspetor Ernesto Melo Brandão ao constatar que a professora do Grupo Escolar de Uberaba, Maria Marcilieta Campos, ensinava “a golpe de compêndios” relata sua intervenção: “Durante seis dias, estive dirigindo os primeiros passos da professora no método intuitivo, que ela vai executando com certa dificuldade por falta de preparo (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Ernesto Mello Brandão. Uberaba. 28 de fevereiro de 1911).

O inspetor Alceu de Souza Novaes registra a estratégia utilizada para modelar a prática docente: durante todo o mês de fevereiro realizou um trabalho no grupo escolar de Prata assistindo e ministrando aulas exemplares aos professores, demonstrando *praticamente* a aplicação dos novos métodos e processo de ensino: “É assim que diariamente assistia às lições, dirigindo as professoras no modo de as expor e tomando muitas vezes seu lugar, para lhes mostrar de modo prático o ensino intuitivo e o simultâneo” (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Alceu de Souza Novaes. Vila Platina. 5 de abril de 1911). A estratégia de intervenção do inspetor deixa entrever a configuração de sistema de ensino baseado na “pedagogia

moderna” na qual a “arte de ensinar torna-se largamente dependente da capacidade de observar para imitar” (CARVALHO, 2001, p. 141).

Outra estratégia utilizada pelos inspetores consistia na divulgação da escola republicana nos municípios⁹, pois a obra de regeneração do povo por meio da educação contava com a atuação dos técnicos do ensino para “formar o espírito público” nos moldes do novo projeto educacional.

Pus, pois, mãos à obra de elevação do ensino aqui, não esmorecendo um momento, apesar das dificuldades que se me antolhavam a cada passo. Fiz reuniões públicas, concitei professores para o cumprimento exato dos métodos adotados, estabeleci conferências públicas, solicitei o apoio da imprensa, criei caixa escolar, obtive, enfim, que o povo, os educadores e as autoridades locais se interessassem pelos negócios da instrução pública. De tudo que até então fiz, a imprensa local se ocupou largamente, aplaudindo a minha ação e colaborando eficazmente para os resultados ora obtidos, em poucos meses. Hoje as escolas são procuradas, as matrículas atingem a número considerável e os professores mostram carinho e amor nos deveres do cargo. Por outro lado, V. Exa. observa verdadeiro entusiasmo com a criação do grupo escolar, cousa de que se não cogitava, visto falharem as anteriores e pouco entusiastas tentativas (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Ernesto Mello Brandão. Uberaba. 15 de março de 1908)

O inspetor ressalta seu empenho em despertar o povo pela causa do ensino e expõe as estratégias utilizadas para divulgação do modelo ideal de escola republicana: organização de reuniões e conferências públicas, orientação aos professores, solicitação do apoio da imprensa local, criação da caixa escolar.

Embora simbolizasse a modernidade e a evolução pedagógica, a implantação do grupo escolar na localidade nem sempre era bem aceita. Um dos motivos para isso era financeiro: para a construção do prédio escolar, o governo estadual contava com a participação da municipalidade, com auxílio em dinheiro ou doação do terreno, prédios e investimentos relacionados às ligações de água potável e esgoto ((MINAS GERAIS, *Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais*, Decreto nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado, 1906 p. 17). O inspetor Ernesto Brandão relata a estratégia utilizada para angariar fundos para construção do grupos escolar em Uberaba

Em um jantar que ofereci às principais pessoas da cidade, com o fim de conseguir a criação do grupo escolar, fiz a exposição minuciosa do estado de instrução aqui e me aproveitei da reunião para o lançamento da ideia da criação do grupo escolar, que foi logo abraçada unanimemente. Deliberaram então a organização de comissões que se encarregavam de angariar os meios precisos para a construção do edifício, e com prazer vi as listas acusarem quase cinco mil contos de réis. Houve igualmente oferecimento de madeira e o próprio terreno, que consegui desde logo (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Ernesto Mello Brandão. Uberaba. 15 de março de 1908).

À vista de tal relatório, foi emitido o seguinte parecer pelo funcionário da 6ª Seção da Secretaria do Interior:

O sr Ernesto Melo Brandão, técnico da 23^a, historia neste relatório o modo por que procurará implantar no ânimo do povo uberabense a ideia da criação do grupo. Valiosos e dignos de louvor foram seus esforços, que afinal se vêem coroados de feliz êxito, em grande jantar por ele oferecido às principais pessoas da cidade de Uberaba, que subscreveram para tal fixar uma lista cujo total atingiu a 5.000\$. mais ou menos. O dr Felipe Ache, agente executivo, propõe a V. Exa.: Construção do grupo numa das principais praças da cidade, de acordo com o modelo que o governo ofereceu, ficando a este pertencente o prédio enquanto durar o grupo. O estado receberá o que despender com a construção em três prestações autorizadas pela respectiva municipalidade no correr de três exercícios, podendo receber a primeira este ano (*id. ib.*)

A Secretaria aprova a estratégia usada pelo técnico ressaltando seus louváveis esforços. O relatório expõe à Administração Central a proposta do governo municipal na colaboração financeira para construção do grupo escolar. Observe-se que este seria localizado “numa das principais praças da cidade” e erigido “de acordo com o modelo que o governo ofereceu”. Sobre este grupo escolar, o inspetor Ernesto Carneiro Santiago observa, em 1910, que o mesmo foi construído “no centro de uma bela praça ajardinada e no cimo de uma colina” (MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Ernesto Mello Brandão. Uberaba. 15 de março de 1908). Desta forma, o edifício-escola deveria situar-se em um lugar central e aparente para promover a visibilidade dessas instituições modelares, demarcando a importância que a escola ocupava no projeto político republicano. Sobre essa questão Faria Filho e Vidal observam que “a racionalização e a higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar com relação à cidade que o cercava visavam incutir nos alunos o apreço à educação nacional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República” (FARIA FILHO & VIDAL, 2000 p. 25).

Vale registrar ainda o relato do inspetor Alceu de Souza Novaes que providenciou um sino para ordenar e uniformizar os trabalhos escolares do grupo escolar de Vila Platina evidenciando a intervenção do inspetor na organização dos trabalhos escolares, conforme as prescrições do Regulamento quanto à necessidade de controle racional e uniforme do tempo escolar, como a melhor forma de organização do ensino primário e eficácia dos processos de ensino

Havendo porém muita diferença na hora marcada pelos relógios dos professores, diretor e porteiro, não havia uniformidade nas aulas, no recreio, cantos, princípio e fim dos trabalhos. Obtive então do sr. João Caetano Novaes, por empréstimo, um pequeno sino que, a cargo do porteiro, anuncia as mudanças de horário, cantos, etc. Depois disso, a chamada, que nunca era feita na hora certa, passou a ser feita às 11, conforme o Regulamento (MINAS GERAIS, *Relatório de Inspeção*. Inspetor Alceu de Souza Novaes. Uberaba. 15 de março de 1911)

Dando “conselhos”, chamando a atenção para as irregularidades, corrigindo os defeitos, lecionando e vendo lecionar, derrubando paredes, solicitando a remessa de materiais pedagógicos e programas de ensino, prescrevendo a adoção uniforme de livros autorizados pelo governo, fazendo reuniões públicas e solicitando o apoio da imprensa, os modeladores do ensino exibem em seus relatórios algumas estratégias utilizadas no processo de difusão e consolidação do novo modelo pedagógico nas escolas primárias espraiadas pela região do Triângulo Mineiro.

Considerações finais

Tomando como ferramenta analítica o conceito de estratégia¹⁰ indicado por Certeau (1990) pode-se observar que no modelo escolar que se configura em Minas Gerais a inspetoria técnica e a própria Secretaria do Interior são entendidos como lugares de poder, os quais inseridos em uma política educacional caracterizada pela ação reguladora e centralizadora do governo, institui uma hierarquia de autoridade entre os agentes educativos. Essa hierarquia está em relação direta com um *saber* legitimado pelos preceitos da moderna pedagogia que delimitava a competência dos sujeitos e atravessava as práticas escolares, produzindo determinadas formas de relação entre os mesmos: os inspetores técnicos subordinavam-se à autoridade central – Secretaria do Interior –, e por outro lado, os professores e diretores de grupos escolares subordinavam-se à competência técnica dos inspetores regionais, dos quais as práticas sociais emanavam.

O funcionamento da inspetoria técnica põe em evidência a relação entre a política de controle do ensino e uma concepção de “pedagogia moderna” entendida como “arte de ensinar”, cuja lógica colocava em cena dispositivos de propagação e implantação de “bons moldes” (CARVALHO, 2001) e de homogeneização das práticas escolares, tais como as demonstrações de práticas exemplares nos grupos escolares de Belo Horizonte, a intervenção do inspetor na prática docente por meio da exibição de aulas exemplares e prática dos relatórios quinzenais da inspetoria técnica os quais deveriam proporcionar a *visibilidade* do movimento reformador à Secretaria do Interior.

A Inspeção Técnica do Ensino, subordinada a uma autoridade centralizada – Secretaria do Interior – configura-se como dispositivo fundamental na política de controle do ensino em duplo sentido: na *função modeladora do inspetor* sobre as práticas escolares e na *ação reguladora do governo*, que procurava manter o processo educativo sob um olhar permanente com intuito de intervir continuamente para controlar e modelar os serviços de docência e da inspeção em conformidade com o modelo escolar que se instituía em Minas Gerais.

Referências

ARAÚJO, José Carlos Souza. “Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica”. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas/SP: Mercado de Letras, p. 233-57, 2006.

_____. “Uberlândia, MG, Participe dos ideais de ilustração: o jornal “O Progresso” (1908). In: FARIA FILHO, Luciano. M. de. et alii (orgs) *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

ARAÚJO, José Carlos Souza e INÁCIO FILHO, G. 2005. “Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.” In: GATTI JUNIOR, D e INACIO FILHO, G. (Orgs) *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas – SP: Autores Associados; Uberlândia – MG: EDUFU, 2005.

ARAÚJO, José Carlos & GATTI JR, Décio (Orgs.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Uberlândia/MG; Campinas/SP: EDUFU; Autores Associados, 2002.

ARAÚJO, José Carlos S.; GONÇALVES NETO, Wenceslau; INÁCIO FILHO, Geraldo & GATTI JUNIOR, Décio. 1998. *Educação, Imprensa e Sociedade no Triângulo Mineiro: a revista A Escola (1920-1921)*. História da Educação, Pelotas, RS, 2(3):59-94, 1998.

_____. Incursões de um grupo de pesquisa pela História da Educação no Triângulo Mineiro. *Educação em Revista*, Belo Horizonte/MG, n. 34, p. 157-165, 2001.

CARVALHO, Carlos. H. de. *Imprensa e educação: o pensamento educacional do professor Honório Guimarães. Uberabinha-MG, 1905-1922*. Universidade Federal de Uberlândia –MG (Mestrado em Educação), 1999.

CARVALHO, M. M. C. de. Reformas da Instrução Pública. In FARIA FILHO, Luciano, LOPES, Eliane M.T. & VEIGA, Cyntia G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura, In VIDAL, D. G. & HILSDORF, M. L. S., *Tópicos de história da educação*, São Paulo: Edusp, 2001.

_____. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: Edusp, 2003.

CARVALHO, M. M. C. de & TOLEDO, M. R. A. *A constituição da “forma escolar” no Brasil: produção, circulação e apropriação de modelos pedagógicos*. Projeto de Pesquisa, 2002.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*, Rio de Janeiro: Difel, 1988.

FARIA FILHO, L. M. *Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906 – 1918)*. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - SP (Doutorado em Educação), 1996.

_____. Conhecimento e cultura na escola: uma abordagem histórica, in DAYRELL, J., org., *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*, Belo Horizonte: UFMG, 1995.

FARIA FILHO, L. M. & VIDAL, D. G. “Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil”. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 19-34, 2000.

GONÇALVES, Irlen. A. *Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em minas gerais (1891-1918)*. Universidade Federal de Minas Gerais - MG (Doutorado em Educação), 2004.

GONÇALVES NETO, Wenceslau et alii. Educação e Imprensa: análise de jornais de Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, nº 6, 1997.

ISOBE, R. M. R. *Moldando as práticas escolares: um estudo sobre os relatórios da Inspeção Técnica do Ensino do Triângulo Mineiro (1906-1911)*. Programa de Pós-graduação em Educação: História Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Mestrado em Educação), 2004.

_____. *Educação e civilização no sertão: práticas de constituição do modelo escolar no triângulo mineiro (1906-1920)*. Programa de Pós-graduação em Educação: História Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (Doutorado em Educação), 2008.

MOURÃO, P. K. C., 1962. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*, Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisa Educacional de Minas Gerais.

SEVCENKO, Nicolau. "O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso" In: SEVCENKO, Nicolau (Org.) *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 3, 1998.

_____. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 2003

SOUZA, R. F. de. *Templos e civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)*. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo-SP (Doutorado em Educação), 1997.

_____. *Alicerces da Pátria: Escola Primária e Cultura Escolar no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Tese de Livre Docência em História da Educação. Araraquara: UNESP, 2006.

VAGO, Tarcisio. M. *Cultura escolar e cultivo de corpos: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo-SP (Doutorado em Educação), XXXX

VAGO, Tarcisio. M. e FARIA FILHO, Luciano M. de. "A Reforma João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica". In: FARIA FILHO, Luciano M. de; PEIXOTO, Ana Maria C. (Org.). *Lições de Minas - 70 anos da Secretaria de Educação*. ed. Belo Horizonte (MG): Governo de Minas Gerais, v. 1, p. 32-47, 2000.

VEIGA, Cynthia .G. "Estratégias discursivas para a educação em Minas Gerais no século XIX" In: VIDAL, D. G. e SOUZA, M. C. C. C de. *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VEIGA, Cynthia G. e FARIA FILHO, Luciano M. de. "Belo Horizonte: a escola e os processos educativos no movimento da cidade". In: *Vária História*. Belo Horizonte, nº18, 1997.

VĨNAO FRAGO, A. & ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade*, Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

Documentos pesquisados no Arquivo Público Mineiro:

MINAS GERAIS. Mensagem do Presidente João Pinheiro da Silva dirigida ao Congresso Mineiro em 15 de junho de 1907.

MINAS GERAIS. *Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais*, Decreto nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado, 1906 p. 47-48.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Alberto Costa Mattos. Araxá. 31 de agosto de 1911.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Alceu de Souza Novaes. Uberabinha. 31 de julho de 1909

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Alceu de Souza Novaes. Vila Platina. 5 de abril de 1911

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Alceu de Souza Novaes. Vila Platina. 6 de junho de 1911

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Athanasio Saltão. Araguari, 06 de abril de 1907.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Cândido Pereira de Mendonça Júnior. Araguari. 15 de outubro de 1909.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Ernesto Mello Brandão. Uberaba. 15 de março de 1908.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Ernesto Mello Brandão. Uberaba. 30 de maio de 1908.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Ernesto Carneiro Santiago. Uberaba. 20 de outubro de 1910.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Ernesto Mello Brandão. Uberaba. 31 de janeiro de 1911

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Ernesto Mello Brandão. Uberaba. 28 de fevereiro de 1911

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor José Lopes Ribeiro Junior. Araxá, 16 de março de 1911.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor José Lopes Ribeiro Junior. Conquista. 16 de abril de 1911

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor José Lopes Ribeiro Junior. Patrocínio. 16 de maio de 1911

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor José Lopes Ribeiro Junior. Conquista. 5 de junho de 1911.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Militino Pinto de Carvalho. Vila Platina. 07 de abril de 1908.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Militino Pinto de Carvalho. Araguari. 18 de abril de 1911.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Militino Pinto de Carvalho. Uberabinha. 17 de abril de 1913.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor Rodrigues da Cunha. Uberabinha, 15 de julho de 1907.

- MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do Secretário ao Presidente do Estado*, 1904.
- MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do secretário ao presidente do Estado*, 1907.
- MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do secretário ao presidente do Estado*, 1908.
- MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do Secretário ao Presidente do Estado*, 1909.
- MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do Secretário ao Presidente do Estado*, 1910.
- MINAS GERAIS, Secretaria do Interior, *Relatório do secretário ao presidente do Estado*, 1912.
- OLIVEIRA, E. de, *Reforma de ensino público primário e normal em Minas: relatório apresentado ao secretário do Interior de Minas Gerais, pelo comissionado Estevam de Oliveira*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1902.

Notas:

¹ Uma versão modificada desse artigo foi publicada nos anais do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação: Percursos e desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação, 2006, Uberlândia. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006. v. 1. p. 68-76. O texto que aqui se apresenta é resultado de um processo investigativo sobre a institucionalização da escola primária em Minas Gerais a partir das experiências ocorridas na Região do Triângulo Mineiro nos anos preliminares da Reforma João Pinheiro. A pesquisa realizada resultou na Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado da autora, ambas defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP Cf. ISOBE, Rogéria M. R. *Moldando as Práticas Escolares: Um estudo sobre os Relatórios da Inspeção Técnica do Ensino do Triângulo Mineiro (1906-1911)*. Dissertação (Mestrado em Educação) no Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP, 2004; ISOBE, Rogéria M. R. *Educação e civilização no sertão: práticas de constituição do modelo escolar no triângulo mineiro (1906-1920)* Tese (Doutorado em Educação) no Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP, 2008. Atualmente, a autora prossegue a investigação no âmbito do Grupo de Pesquisas “História Cultural da escola e dos saberes pedagógicos: impressos e modelos culturais” dirigido pela prof^a Dr^a Maria Rita de Almeida Toledo na UNIFESP.

² Optou-se por atualizar a ortografia das fontes utilizadas para facilitar a leitura das mesmas.

³ Diversos trabalhos abordam com mais detalhes as prescrições legais da Reforma João Pinheiro. Entre eles, confira: VAGO, Tarcísio M. e FARIA FILHO, Luciano M. de. “A Reforma João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica”. In: FARIA FILHO, Luciano M. de; PEIXOTO, Ana Maria C. (Org.). *Lições de Minas - 70 anos da Secretaria de Educação*. ed. Belo Horizonte (MG): Governo de Minas Gerais, 2000, v. 1, p. 32-47; VAGO, T. M., *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte*, Bragança Paulista (SP): Edusf, 2002; GONÇALVES, Irlen A. *Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Tese de Doutorado em Educação); ARAÚJO, José Carlos Souza (2006). “Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica”. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas/SP: Mercado de Letras, p. 233-57.

⁴ Sobre a implantação dos grupos escolares em São Paulo cf. SOUZA, R. F. de, *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo*, São Paulo: Ed. da Unesp, 1998

⁵ O Decreto nº 1.357, de 29/1/1900 — anterior, portanto, à Reforma de 1906 —, dividiu o estado em cinco circunscrições literárias e estabeleceu os cargos de inspetores escolares municipais e distritais, para a fiscalização das escolas, e de inspetores extraordinários, “para atuar na circunscrição, visitando as escolas de acordo com as determinações do governo, examinando-as quanto às condições de moralidade e higiene” (MOURÃO, P. K. C., *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*, Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisa Educacional de Minas Gerais, 1962, p. 62). A respeito da inspeção do ensino no século XIX é sugestivo o texto de VEIGA, C.G. “Estratégias discursivas para a educação em Minas Gerais no século XIX” In: VIDAL, D. G. e SOUZA, M. C. C. de. *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

⁶ Oliveira, em seu relatório, apresentou outras propostas para a reforma do ensino, além das mudanças na inspeção escolar. Para ele, a reforma do ensino primário mineiro, além de reorganizar os serviços de inspeção escolar, precisaria se organizar em torno de duas questões principais: fundação de escolas e a formação dos professores. As propostas apresentadas por Oliveira são analisadas em ISOBE, Rogéria M. R., 2004.

⁷ O conceito de estratégia remete a práticas articuladas a partir de “um lugar do poder e do querer próprios”, de onde se podem “gerir as relações com uma exterioridade”. CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*, 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 99.

⁸ A respeito do processo de tramitação dos relatórios nas seções na Secretaria do Interior, do conteúdo dos mesmos bem como os encaminhamentos e medidas tomadas pelas autoridades do ensino em decorrência das informações contidas nesses documentos cf: ISOBE, Rogéria M. R. *Moldando as práticas escolares... cit.*

⁹ Ressalte-se a importância dos professores e da imprensa local na propagação do movimento reformador suscitado pela Reforma João Pinheiro. A propósito merecem destaque os estudos sobre a imprensa e educação desenvolvidos pelo “Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação” da Universidade Federal de Uberlândia. Confira, entre outros: ARAUJO, José Carlos & GATTI JR, Décio (Orgs.) *Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Uberlândia/MG; Campinas/SP: EDUFU; Autores Associados, 2002; ARAUJO, José Carlos S.; GONÇALVES NETO, Wenceslau; INÁCIO FILHO, Geraldo & GATTI JUNIOR, Décio. *Educação, Imprensa e Sociedade no Triângulo Mineiro: a revista A Escola (1920-1921)*. História da Educação, Pelotas, RS, 2(3):59-94, abril 1998; ARAUJO, José Carlos. “Uberlândia, MG, Participe dos ideais de ilustração: o jornal “O Progresso” (1908). In: FARIA FILHO, Luciano. M. de. et alii (orgs) *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002; CARVALHO, Carlos. H. de. *Imprensa e educação: o pensamento educacional do professor Honório Guimarães. Uberabinha-MG, 1905-1922*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia -MG, 1999; GONÇALVES NETO, Wenceslau et alii. *Educação e Imprensa: análise de jornais de Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX*. *Revista de Educação Pública*, 1997, Cuiabá, nº 6

¹⁰ Para Certeau as estratégias remetem a práticas cujo exercício pressupõe um lugar de poder e designa dispositivos de normatização e modelização que, desse lugar de poder em que são produzidos, regulam práticas que se inscrevem em um território que lhes é exterior Cf. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

Recebido em: 16/06/11

Aprovado em: 27/09/11